



## Plenário aprova pena mais dura para homicídio ao volante

Quem provocar acidente com morte ao dirigir sob efeito de álcool ou drogas poderá enfrentar de 5 a 8 anos de prisão. Projeto agora vai para a Câmara

**P**rojetos que prevêem regras mais duras para punir quem comete crimes ao conduzir veículo alcoolizado ou drogado foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

Entre as mudanças, está a ampliação da pena para homicídio culposo decorrente

de acidente provocado por motorista embrigado ou drogado, que passou de dois a quatro anos para cinco a oito anos de reclusão. O projeto proíbe ainda qualquer quantidade de álcool no sangue do motorista. Hoje a lei permite até 6 decigramas por litro. **6**



Aloysio (D), relator do projeto que busca reduzir mortes no trânsito, conversa no Plenário com Anastasia, Aécio e Caiado

Ana Volpe/Agência Senado

## Audiência aponta risco de agrotóxico irregular

Especialistas ouvidos ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária alertaram para o uso de defensivos agrícolas contrabandeados, que compromete a credibilidade do setor.

Outros aspectos levantados pelos debatedores foram os riscos que corre a indústria alimentícia e a preocupação com a saúde da população que consumir produtos sem controle sanitário. **7**



Uso de agrotóxico contrabandeado já atinge 20% do mercado, de acordo com debatedores ouvidos ontem em comissão

Arquivo Souza Cruz

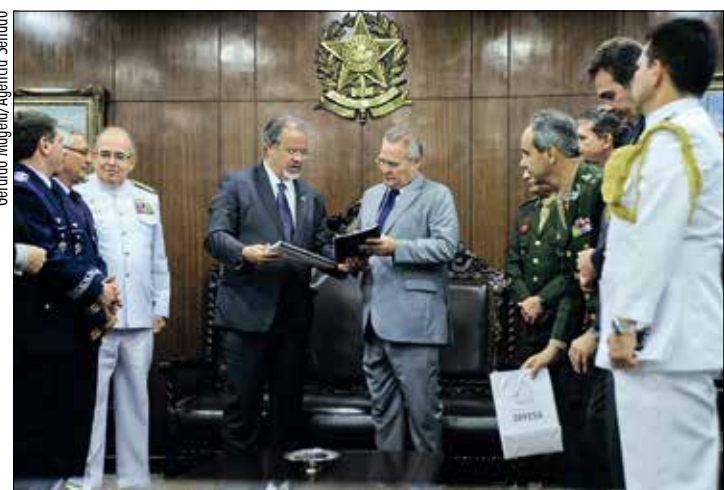


Ministro Henrique Meirelles fala à imprensa após encontro com Renan Calheiros

## Meirelles pede aos senadores que aprovem a PEC do Teto de Gastos

O senador Renan Calheiros recebeu ontem o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que pediu a aprovação sem mudanças da PEC 55, do teto

de gastos. Meirelles disse que a perspectiva é que o Senado mantenha o texto, porque ele está consolidado na percepção internacional e da sociedade. **4**



Raul Jungmann entrega a Renan proposta da Política Nacional de Defesa

## Violência do Rio pode se alastrar por todo o país, alerta ministro

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse que o estado do Rio tornou-se um centro de distribuição global para o tráfico de armas e drogas. E que o

quadro da segurança se agrava nos demais estados. Ele admitiu que a crise afeta projetos da pasta e defendeu melhores salários para os militares. **5**

## Militantes negros recebem prêmio e criticam governo

O Senado entregou ontem a Comenda Abdias Nascimento para quatro defensores da cultura afro-brasileira. Segundo homenageados, políticas públicas para negros têm sido cortadas pelo governo e podem sofrer mais com teto de gastos. **2**

Elmano Férrer, Lidice da Mata e Paulo Paim entregam prêmio a Jackeline Silva, do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso



Pedro França/Agência Senado

**Senadores atacam texto aprovado sobre repatriação **8****

**Anteprojeto exige ficha limpa de chefes esportivos **3****

**Lei prevê acesso de mulher deficiente à mamografia **6****

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Senadores Lídice da Mata e Paulo Paim entregam a Comenda Senador Abdias Nascimento ao cantor Lazzo Matumbi

## Movimento negro critica governo e teto de gastos

Na entrega ontem de premiação do Senado a defensores da cultura afro-brasileira, homenageados disseram que políticas para negros estão sendo descontinuadas e podem sofrer mais cortes de verbas

A ENTREGA DA Comenda Abdias Nascimento pelo Senado ontem foi palco de protestos de representantes do movimento negro contra a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) e outras ações do governo Temer que estariam dismantando conquistas sociais e econômicas da população afrodescendente. Essa é a terceira edição da premiação, entregue a personalidades que se destacam na proteção e promoção da cultura negra. O conselho da Comenda é presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

— A PEC 55 traz atos que atentam contra a Constituição. Em 2016, vemos os Poderes Legislativo e Executivo aniquilando políticas públicas de equidade para a população negra — acusou Jackeline Silva, que recebeu a homenagem pelo Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune).

A Comenda Abdias Nascimento foi entregue ainda à cantora Zezé Motta, impedida de vir à cerimônia por compromissos profissionais, mas que gravou um vídeo ressaltando a dignidade com que o jornalista e ex-senador Abdias Nascimento cumpriu sua missão.

A lista de agraciados incluiu também o percussionista Naná Vasconcelos (in memoriam) e o cantor Lazzo Matumbi, que destacou o ensinamento deixado por Abdias de sempre lutar e resistir para que o Brasil alcance o ideal de respeito às diferenças.

### Preconceito

A senadora Regina Sousa (PT-PI) fez um relato sobre discriminação racial.

— Na minha trajetória, eu não tinha sentido o racismo muito presente, mas senti depois que estou no Senado. Dizem que eu não tenho cara de senadora, que tenho cara de analfabeta, apesar de ter curso superior e especialização. Só pode ser pelo meu cabelo “pixaim” o motivo para me retaliarem — disse, acrescentando que as políticas compensatórias para a população afrodescendente não vão mais caber no Orçamento modificado pela PEC 55.

Idealizadora da comenda, junto com Paim, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) também chamou a atenção para a recente ruptura de políticas públicas pactuadas com o mo-

vimento negro. Paim destacou que a consciência negra tem como preceito a liberdade e como pré-requisito políticas de igualdade.

Lídice lembrou ainda que Lázaro Ramos seria um dos agraciados de 2016. No início de novembro, entretanto, o ator enviou nota ao conselho dizendo não se sentir “confortável nem desejoso de nenhuma homenagem”.

“O momento do país é de conscientização, de organização para compreender em que momento histórico estamos e quais passos precisamos dar para fazer com que a tão sonhada igualdade aconteça um dia de verdade. Então, por esse motivo, recuso essa homenagem”, justifica Lázaro Ramos na nota.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT), que indicou a Imune para a premiação, reconheceu que, no Brasil, “não fomos educados como uma nação pluriétnica”. Disse, porém, ter esperança de, no futuro, “não precisarmos ter um dia de consciência negra, parda, branca, amarela, mas 365 dias de consciência humana”.

## Gleisi e Lindbergh querem impeachment de Temer

Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) classificaram como muito grave a denúncia do ex-ministro da Cultura Marcelo Calero contra o presidente da República, Michel Temer.

Segundo a imprensa, Calero informou em depoimento à Polícia Federal que Temer pressionou-o para encontrar uma saída para um caso de interesse do ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. Calero pediu demissão

na semana passada, acusando Geddel de pressioná-lo para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vinculado ao Ministério da Cultura, liberasse um projeto imobiliário no qual o ministro comprou um apartamento. A obra, em Salvador, está embargada pelo Iphan.

Para Gleisi, o caso de Temer tem evidente base jurídica para um processo de impeachment.

Lindbergh afirmou que Temer praticou tráfico de

influência e advocacia administrativa ao pressionar Calero. O senador anunciou que vai reunir sua equipe jurídica para apresentar um pedido de impeachment. Ele pedirá reunião com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sobre o assunto.

— Temer usou o cargo de presidente da República para interesses privados. Ele agiu como sócio de Geddel. É gravíssimo e caracteriza crime de responsabilidade.

## Senado aprova acordos internacionais em cinema

O Plenário aprovou ontem três acordos internacionais na área de produção cinematográfica.

Um dos acordos (PDS 38/2016), firmado em 2009 entre Brasil e Israel, facilita coproduções e abre mercados para a produção audiovisual dos dois países, de acordo com o relator do projeto, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O Senado também aprovou emenda (PDS 39/2016) ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 2007. Conforme o relator, Roberto Requião (PMDB-PR), o acordo aperfeiçoa a integração regional,

pelo incremento da produção ibero-americana.

O terceiro acordo (PDS 40/2016) foi firmado em 2012 entre o Brasil e o Reino Unido para a produção cinematográfica conjunta, prevendo condições mais favoráveis para a colaboração entre os setores produtivos dos dois países na produção cinematográfica e televisiva. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), afirma que a produção nacional vai contar com o apoio do Reino Unido.

Conforme a Constituição, o Congresso deve se manifestar sobre acordos firmados com outros países. Os acordos agora seguem para promulgação.

## Renan defende ampliar pacote anticorrupção

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comentou a discussão do pacote anticorrupção que tramita na Câmara. As propostas do Ministério Público Federal incluem dez medidas, como alteração em leis penais e processuais para agravar a prática de corrupção. As medidas dependem de aprovação do Congresso.

— Por que só 10 medidas, e não 12, 13? Acho que não podemos votar dez medidas e resguardar privilégios para ninguém — advertiu Renan, que voltou a enfatizar a necessidade de aprovação da

Lei de Abuso de Autoridade.

Segundo ele, as propostas do pacote anticorrupção poderão tramitar em regime de urgência no Senado, caso seja a vontade dos líderes.

Sobre o caixa dois nas campanhas eleitorais, Renan alertou para o fato de que o crime não está tipificado na legislação. Ele disse também que se reuniu com as centrais sindicais e pediu um entendimento sobre a regulamentação da terceirização, para que o texto seja posto em votação.

(Da Assessoria da Presidência do Senado)

## Viana apresenta PEC para tornar estupro crime imprescritível

O crime de estupro pode se tornar imprescritível e inafiançável. Jorge Viana (PT-AC) anunciou ontem que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) com esse objetivo, equiparando a tipificação do estupro à aplicada, pela Constituição, ao racismo.

— Se a lei mudar, se for mais



dura, quem sabe a gente ganhe um grande aliado para pôr fim a essa mancha que o nosso país carrega.

O Brasil, disse, carrega a mancha de ser um dos países de maior incidência de estupros. Não se pode aceitar, afirmou, que 45 mil mulheres por ano sejam vítimas desse crime.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h50 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Lei do Desporto exige ficha limpa de dirigentes

Anteprojeto apresentado por juristas também destina cerca de R\$ 600 milhões para o Fundo Nacional do Esporte, cuja criação está prevista

A COMISSÃO DE juristas responsável pelo estabelecimento de uma Lei Geral do Desporto Brasileiro encerrou os trabalhos ontem. Foram debatidas 60 sugestões de emendas ao texto-base apresentado pelo relator, Wladimir Camargos, na segunda-feira, e a consolidação estará disponível amanhã na página da comissão na internet.

Será agendada uma data para que o anteprojeto seja entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros. A partir daí, começará a tramitar.

## Ficha limpa

Uma das emendas acatadas partiu do jurista Luiz Felipe Bulus e estabeleceu que, para alguém ser considerado elegível para qualquer cargo num pleito relacionado à direção de clubes, federações ou confederações, deverá passar por um crivo equivalente ao dos candidatos na Justiça Eleitoral. Assim sendo, o candidato



Entre o vice, Álvaro Melo Filho, e o relator, Wladimir Camargos, o presidente da comissão, Caio Rocha, fala na audiência

para qualquer cargo diretivo na área do esporte no Brasil terá que seguir a Lei Complementar 135/2020 (Lei da Ficha Limpa), cuja diretriz será adaptada à Lei Geral do Esporte.

Com a sugestão, passariam a ser inelegíveis dirigentes que tenham em sua ficha corrida, entre outros, crimes contra a administração pública, o sistema financeiro, de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, improbidade administrativa e

enriquecimento ilícito.

— Isto será bom para o esporte e mais um avanço na sociedade brasileira em busca da ética e de uma gestão responsável, num setor, que é bom lembrarmos, recebe muitas verbas públicas — afirmou Camargos.

O anteprojeto prevê mecanismos mais rígidos de prestação de contas no que se refere aos repasses orçamentários, estabelecendo punições no patrimônio pessoal e a perda do cargo de quem for condenado

por irregularidades.

Outra emenda acatada prevê a participação de atletas, treinadores e árbitros nos colégios eleitorais das entidades esportivas.

## Fundo milionário

Emenda apresentada pelo relator, também aprovada, incrementa o Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte), cuja criação é prevista no anteprojeto.

De acordo com o texto consolidado, o fundo pas-

saria a ser formado por 20% da arrecadação proveniente da legalização de jogos de azar (PLS 186/2014), mais uma taxa de 0,5% cobrada da comercialização de produtos de baixo teor nutritivo assim classificados pelos órgãos ligados à área da saúde.

Também foi acatada emenda destinando ao Fundesporte 5% dos recursos direcionados ao Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do Seguro DPVAT, que indeniza vítimas de acidentes de trânsito.

— Neste caso estes recursos terão destinação específica. Irão todos para a reabilitação locomotora por meio do esporte e do esporte paralímpico — afirmou Camargos.

O relator avalia que somente por meio da legalização dos jogos de azar e da taxação sobre alimentos pouco nutritivos, o Fundesporte teria em mãos o equivalente a cerca de R\$ 600 milhões por ano, em valores atuais. Ele confirmou não possuir nenhum estudo técnico quanto às destinações provenientes do Seguro DPVAT.

Leia as sugestões dos juristas: <http://bit.ly/comissaoDesporto>

# Gestão da EBC provoca divergência em audiência pública

A discussão sobre a importância do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), extinto com a Medida Provisória 744/2016, foi o destaque da audiência promovida ontem pela comissão mista que analisa o texto.

O presidente da empresa, Laerte Rímoli, acusou o colegiado de ser partidário e de interferir demais na gestão administrativa. Já o antecessor de Rímoli, Ricardo Melo, argumentou que sem o conselho, integrado majoritariamente, segundo ele, por representantes da sociedade civil, a TV Brasil converte-se de “pública” em “estatal” e se põe a serviço do “governante da vez”, papel que deveria ser da NBR, responsável pela divulgação do Poder Executivo.

Rímoli afirmou ter recebido a EBC com deficit de R\$ 93 milhões no orçamento, que estaria sendo equalizado por meio de cortes em contratos “esquisitos” de jornalistas alinhados com a gestão anterior. Após o saneamento das contas, o rombo caiu para cerca de R\$ 39 milhões, mas ainda é preocupante, avaliou.

Já para Melo — que negou o rombo —, a MP representa “a liquidação da comunicação pública no Brasil”, pois transfere ao presidente da República muito poder sobre a empresa, inclusive o de demitir seu pre-

sidente e os demais diretores a qualquer momento, e acaba com o Conselho Curador, a seu juízo, o responsável por garantir a pluralidade de opiniões sobre a programação.

— Uma empresa sem um conselho independente, sem um presidente com liberdade de ação e um mandato definido e sem financiamento garantido, não é pública, é do governo, é estatal, é um ministério, porque a sociedade perde o controle sobre o que deveria ser um órgão para garantir pluralidade — opinou.

## Retorno

Ele citou como exemplo de uma decisão baseada no bem para a sociedade, e não em seu valor comercial, a vei-

culação de desenhos infantis, um dos carros-chefes da EBC. Nenhuma emissora aberta e comercial o faz, pois uma série de restrições legislativas impedem propagandas e, conseqüentemente, o lucro com a programação infantil.

Rímoli reconheceu que a existência do Conselho Curador é importante. No entanto, frisou serem necessárias mudanças para a escolha dos representantes, de modo que seja de fato multifacetado e pluripartidário, e não dê voz a apenas um espectro político. Segundo o presidente da EBC, a maioria dos integrantes do extinto conselho era ligado à CUT e ao MST ou eram pessoas que anunciavam sua simpatia pelo PT, que admi-

nistrou o país por 13 anos e criou a TV pública, em 2009.

— A MP acabou com um conselho que estava deturpado. Isso não quer dizer que não possa ressurgir e que realmente cuide de programação, não de invadir a administração e ajudar a aumentar o rombo, que já é grande — ponderou.

## Mudanças

O relator da MP, Lasier Martins (PDT-RS), afirmou que está coletando informações para tentar chegar a um texto que contemple os dois lados. O senador avalia a possibilidade de estabelecer mandato fixo para o presidente, que passaria por sabatina no Senado, a exemplo de diretores de agências reguladoras. Ele disse concordar que

a EBC estava “muito aparelhada” pelo partido até então no governo, onerada por custos altos, inclusive em matéria de salários pagos “a algumas figuras”, e sem a contrapartida em audiência.

A relatora-revisora, deputada Angela Albino (PCdoB-SC), defendeu o restabelecimento do Conselho Curador. Para ela, o papel do órgão é brigar com o presidente, sempre em busca do melhor para a sociedade.

— O melhor produto seria manter o conselho, fazendo os ajustes necessários para garantir sua independência. Se houve contaminação de perfil partidário, não podemos jogar a bacia, o bebê e a água fora.

## Conselho

O colegiado extinto pela MP era formado por 22 pessoas, sendo 15 representantes da sociedade, escolhidos por chamamento público e nomeados pelo presidente da República. Os outros sete representavam órgãos governamentais. A cada reunião, seus integrantes recebiam R\$ 3,3 mil. Pelo menos um encontro por mês era obrigatório, mas havia convocações extraordinárias.

Cabia a eles opinar sobre a programação, mas tinham poder de destituir o presidente da EBC, ao prestar-lhe voto de desconfiança, por maioria simples.



Laerte Rímoli, deputado Ságuas Moraes e senador Lasier Martins durante a exposição de Ricardo Melo na audiência

Marcus Oliveira/Agência Senado



Requião (2º à esq.) coordena debate com o jornalista Luís Nassif, Maria Lucia Fattorelli, Mauro Costa e Venilton Tadini

## Receita da venda de créditos pode ir para investimentos

Debatido em audiência ontem, projeto que permite venda de debêntures por municípios, estados e União pode receber emenda para garantir que 70% do valor arrecadado seja investido pelos governos

PELO MENOS 70% dos recursos que municípios, estados e União poderão obter com a securitização da dívida tributária parcelada deverão ser destinados a investimentos. Emenda com esse teor foi anunciada por Roberto Requião (PMDB-PR) ontem, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A audiência debateu o PLS 204/2016, que trata da cessão de direitos originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação. Na securitização, União, estados e municípios poderão fazer pacotes de créditos a receber dos contribuintes, objeto de parcelamentos administrativos e judiciais, e convertê-los em títulos padronizados negociáveis no mercado de capitais. Com a venda desses títulos ou debêntures, os entes antecipam o recebimento dos créditos.

Esse ponto foi a principal polêmica. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) veda a operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato do governante.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), a operação do PLS 204 é antecipação, o que pode comprometer gestões futuras.

O secretário de Fazenda do

Paraná, Mauro Ricardo Costa, defendeu a legalidade, com base em parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Para o órgão, as operações não violam a LRF quando não implicam compromisso de garantir o recebimento do valor do crédito cedido. Carlos Kerbes, professor da Fundação Getúlio Vargas, disse que a securitização não põe o ente público na condição de garantidor perante o investidor nos ativos.

O presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base, Venilton Tadini, explicou que a securitização não é operação de crédito nem de antecipação de receita. Segundo ele, trata-se de “troca de títulos, com liquidez e exigibilidade incontroversos, por dinheiro imediato”.

Não é o que pensa a coordenadora da entidade Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli. Segundo ela, o PLS 204 autoriza a cessão de direitos creditórios inscritos ou não na dívida ativa, mas não modifica a natureza dos créditos, não altera condições de pagamento nem transfere sua cobrança judicial ou extrajudicial.

Requião anunciou que apresentará uma emenda para limitar o deságio aplicado aos títulos postos no mercado com

### Securitização de dívidas públicas deve dinamizar economia, diz José Aníbal

José Aníbal (PSDB-SP) defendeu a aprovação do projeto de securitização das dívidas públicas. Parte da receita da venda dos ativos deve ir para investimentos. Para o senador, a medida vai dinamizar a economia.

— O governo poderá constituir um fundo para estimular o investimento na área de infraestrutura. Em estradas, ferrovias, portos, aeroportos e todo tipo de infraestrutura de que o Brasil carece muito.

Ele comunicou que apresentou proposta de emenda à Constituição que estabelece critérios objetivos para o valor máximo da remuneração do setor público.

base no PLS 204.

Ex-presidente do Parlamento da Grécia, a deputada Zoe Konstantopoulou disse que notou no Brasil uma “construção análoga” à que levou ao aprofundamento da crise econômica e social em seu país.

muitos não poderão ser garantidos, por falta de verba.

Vanessa Petrelli ressaltou o impacto da PEC nos municípios. A saúde será a área mais afetada, disse, e cortes em programas de infraestrutura e habitação, que geram empregos, também impactarão profundamente as cidades.

Os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) lamentaram que alternativas à PEC não sejam consideradas. Gleisi lembrou que propostas que buscam a taxação de grande fortunas e de juros sobre capital próprio, por exemplo, tramitam no Congresso, mas não são analisadas.

## Para professores, corte de despesa pública é um erro

Professores ouvidos ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) afirmaram que a PEC 55/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos, não é o caminho para resolver a crise, pois o corte de gastos não ajudará o país a retomar o crescimento.

A audiência foi feita em conjunto com a subcomissão que avalia o Sistema Tributário Nacional. Os professores Eduardo Fagnani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Vanessa Petrelli, da Universidade Federal de Uberlândia, apontaram a diminuição de receitas, e não o crescimento das despesas,

como fator primordial da crise. Segundo a professora, a partir de 2013, as receitas caíram fortemente, enquanto as despesas se mantiveram estáveis.

Os pesquisadores concordaram que o crescimento da dívida do setor público não está vinculado meramente à piora do resultado primário, mas à política monetária e cambial. Essa dinâmica financeira, na opinião dos professores, não é objeto da PEC, que tem o foco errado ao cortar investimento.

Para Fagnani, a asfixia financeira imposta pela PEC vai transformar parte da Constituição em letra morta, pois, apesar de o texto prever vários direitos,

## Ministro da Fazenda pede aprovação sem mudanças da PEC do Teto de Gastos

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pediu ontem a aprovação sem mudanças da proposta de emenda à Constituição (PEC 55/2016) que limita os gastos públicos por 20 anos. Ele foi recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

— A perspectiva é que seja mantido o texto que foi aprovado na Câmara. É um texto consolidado, inclusive na percepção da sociedade e na percepção internacional — afirmou Meirelles.

A PEC 55/2016 prevê a fixação de limite para despesas públicas federais dos três Poderes e determina que o aumento dos gastos da União, incluídos os Poderes Legislativo e Judiciário, não poderá

ser maior que a inflação do ano anterior. Se aprovado pelo Congresso, o novo regime fiscal já entraria em vigor no próximo ano, com prazo de validade de 20 anos.

A PEC veda ao poder ou órgão que descumprir o limite de despesas a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou readequação de remuneração de servidores públicos.

Se o poder que desrespeitar o limite for o Executivo, serão aplicadas mais duas vedações: a despesa com subvenções econômicas não poderá superar a realizada no exercício anterior; e incentivos fiscais não poderão ser concedidos ou ampliados.

(Com Assessoria da Presidência do Senado)



Jucá, Meirelles, Renan e Lobão durante encontro na Presidência da Casa

## Benedito defende proposta que congela despesas do Executivo para ajuste fiscal

O ajuste fiscal é extremamente necessário. Daí a importância da aprovação da PEC que limita os gastos públicos. A análise é de Benedito de Lira (PP-AL).

Para ele, a PEC 55/2016, que deve ser votada em primeiro turno na semana que vem, virá para corrigir erros

da política econômica do governo anterior.

Um dos equívocos, disse, foi a concessão de isenções e incentivos fiscais, que não geraram aumento de vendas nem de postos de trabalho.

O senador defendeu também a redução dos juros e da carga tributária.

## Roberto Requião compara proposta à edição do AI-5, datado de 13 de dezembro

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que a data marcada para votar a PEC do Teto de Gastos tem enorme significado. É que 13 de dezembro foi o dia em que há 48 anos foi editado o AI-5, o ato institucional que suprimiu direitos fundamentais e marcou o endurecimento do regime militar. O Senado

traçou um paralelo, porque no seu entendimento a aprovação da PEC 55 terá um caráter parecido.

— Por emenda constitucional, impõe-se projeto de poder que é a antítese do espírito da Constituição de 1988. Isto é ou não é um golpe de Estado? E como o AI-5, é um golpe dentro do golpe.

## Paulo Rocha afirma que texto que governo apresenta é “inconstitucional e imoral”

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu a rejeição, pelo Senado, da PEC 55/2016, que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos. Para ele, a proposta do governo é “inconstitucional e imoral”.

O senador destacou que a população rejeita a medida e afirmou que o governo Temer está jogando com o futuro do

país ao impor, por 20 anos, um limite declinante para as despesas sociais.

Isso afetará a saúde e a educação e prejudicará a população mais pobre, disse Paulo Rocha.

— Tem outras saídas para resolver o problema do crescimento econômico, do desemprego.

Raul Jungmann, da Defesa, disse que a criminalidade avança nos estados, reconheceu que a crise afeta projetos estratégicos e defendeu melhores salários para os militares

# Ministro alerta para piora na segurança pública

O MINISTRO DA Defesa, Raul Jungmann, fez ontem um alerta no Senado para o risco de agravamento da crise na segurança pública, quadro que relacionou com a fragilidade das fronteiras, por onde entram armas e drogas. Ele afirmou que o estado do Rio de Janeiro funciona hoje como centro de distribuição global para o crime organizado envolvido com o tráfico de drogas e armas. E ressaltou que a criminalidade avança nos demais estados.

— Se não tomarmos cuidado, o Rio pode ser o Brasil amanhã. Temos sintomas como esse no Amazonas, problemas em Pernambuco, enfim, no país afora — disse na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em audiência pública sobre planos e ações do Ministério da Defesa.

Proposta pelo presidente da

comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a audiência abordou a participação das Forças Armadas em ações de segurança nos estados.

Apenas no Rio, tropas ocuparam a Favela da Maré por mais de um ano, a partir de 2013, a um custo de R\$ 400 milhões. Depois, se engajaram na segurança da Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

Jungmann avaliou que a presença de soldados nas ruas não resolve por si só o problema. Para ele, esse tipo de ação oferece um conforto momentâneo à população, mas também significa um período de “férias para bandidos”.

— Quando saímos [da Favela da Maré] e o Estado não chegou, simplesmente voltamos ao status quo de antes, ou pior — afirmou.

Na opinião do ministro, o



Convidado por Aloysio Nunes (D), Jungmann enfatiza a fragilidade das fronteiras, por onde entram drogas e armas

quadro só mudará por meio de ações públicas nas áreas fragilizadas. Segundo ele, levantamento do Exército revelou cerca de 1,5 milhão de pessoas vivendo no Rio em áreas dominadas pelo tráfico ou milícias.

No “coração das trevas”,

afirmou, a milícia e o tráfico exercem um poder político para eleger representantes.

## Salários

Jungmann disse que as Forças Armadas não se negam a contribuir com o ajuste fiscal. Mas salientou que os militares têm um regime previdenciário próprio e que a ideia é tratar da reforma desse sistema numa segunda fase. O ministro defendeu um novo plano de cargos e salários para as Forças. Segundo ele, a remuneração dos militares está muito aquém da de outras carreiras do serviço público:

— Não é aceitável para a Defesa que hoje um general quatro estrelas, ao fim da carreira, com doutorado, com formação, com 35 anos de trabalho, esteja ganhando R\$15 mil ou R\$16 mil líquidos.

Jungmann detalhou projetos do Ministério da Defesa, que neste ano tem um orçamento de R\$ 82,4 bilhões. Ele informou que, se for levada em conta a inflação, as Forças Ar-

madas vêm perdendo recursos nos últimos anos.

Do total previsto para o ano, cerca de R\$ 1,5 bilhão deve ser gastos com o desenvolvimento do caça FX-2, em consórcio com a Suécia. O projeto, que envolve a construção de 36 aeronaves, com transferência de tecnologia, segue em ritmo normal segundo Jungmann e tem valor total estimado em em R\$ 22,3 bilhões.

No entanto, de acordo com o ministro, outros programas estão sendo afetados pela crise. Caso da construção de um submarino de propulsão nuclear e outros de padrão convencional. Em consórcio com a França, esse programa tem custo global de R\$ 19,4 bilhões.

Também segue em ritmo lento o programa Sisfron, sistema integrado de monitoramento para os 17 mil quilômetros de fronteira. O programa ficou limitado até o momento a trecho em Mato Grosso, no município de Dourados.

## Renan recebe projeto da Política Nacional de Defesa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e o alto comando das Forças Armadas. Eles entregaram a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional. As propostas serão votadas no Congresso para que, se aprovadas, sejam publicadas em decreto.

Criada em 1996, a PND estabelece os objetivos de Defesa, como a preservação da soberania e do território,

além da garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. Já a END define as diretrizes para execução da PND. O Livro Branco, criado em 2012, vai passar pela primeira atualização. Traz informações das Forças Armadas como orçamentos, equipamentos bélicos e projetos estratégicos, entre outros.

Renan disse que vai se reunir com o relator-geral do Orçamento para 2017, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), para dar o melhor encaminhamento às demandas da

do Ministério da Defesa. Ele ressaltou que adequações deverão ser feitas na PEC do Teto dos Gastos, em relação ao orçamento das Forças Armadas, para que a PND seja viabilizada.

Jungmann destacou que o Congresso representa a soberania popular e são os parlamentares que dão o aval para todas as políticas de defesa nacional.

— Defesa é algo que representa não só os militares, mas toda a cidadania — disse.

(Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Reajuste de policiais federais será analisado com urgência

O Senado aprovou ontem requerimento de urgência para projeto que concede reajustes salariais aos policiais federais e rodoviários federais e a outras carreiras.

— Eu acho que essa votação é muito importante, antes que digam que nós não estamos votando em retaliação à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O PLC 78/2016 também concede reajustes para as carreiras de perito federal agrário, de Desenvolvimento de Políticas Sociais e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

Os reajustes são diferentes por categoria e serão parcelados em três anos, a partir

de 2017. O projeto permite ainda que servidores de três carreiras possam optar pela incorporação de gratificações de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão.

### Extrateto

Na mesma sessão, os senadores aprovaram requerimento para a inclusão, na ordem do dia de 8 de dezembro, das propostas sugeridas pela Comissão Especial do Extrateto. O colegiado analisa os salários de servidores públicos que recebem acima do teto constitucional.

O relatório da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ainda não está pronto. Assim que for votado na comissão, deve seguir para o Plenário

(Com Agência Câmara)

## PMs da reserva poderão atuar na Força Nacional

Policiais e bombeiros militares da reserva dos estados e do Distrito Federal inativos por até cinco anos poderão integrar a Força Nacional de Segurança Pública. É o que estabelece a Lei 13.361/2016, que foi sancionada e entrou em vigor ontem. A nova lei tem origem na Medida Provisória (MP) 737/2016, aprovada no Senado em novembro.

O texto altera a lei sobre a cooperação federativa na segurança pública (Lei 11.473/2007) para atender necessidades emergenciais nos estados. O governo alega que a alteração permitirá o aumento do efetivo da Força Nacional sem que as polícias militares estaduais sejam desfalçadas.

Uma mudança incluída durante a tramitação deixa claro que o militar poderá atuar na Força Nacional desde que a condição de inatividade não

tenha se dado por doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento a bem da disciplina, condenação judicial transitada em julgado ou expulsão.

Na Força Nacional, o militar terá direito a diária. Se for vitimado em serviço, receberá indenização de R\$ 100 mil,

em caso de invalidez incapacitante para o trabalho. Os dependentes terão direito a indenização no mesmo valor, em caso de morte do militar.

O relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), disse que a ideia original da MP era reforçar a segurança nos Jogos Olímpicos do Rio.



Lei pode aumentar efetivo da Força Nacional sem desfalcar polícias estaduais

# Senado aprova regras mais duras para punir motorista embriagado

Pena para homicídio culposo praticado por motorista alcoolizado ou drogado sobe de 2 a 4 anos para 5 a 8 anos de reclusão

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem regras mais duras para punir quem comete crimes ao dirigir, principalmente sob efeito de álcool ou outra substância entorpecente. Como o texto original foi alterado, o projeto voltará para exame da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 144/2015 determina reclusão de cinco a oito anos por homicídio culposo se o motorista tiver feito uso de álcool ou drogas. A pena atual é de dois a quatro anos.

Outra novidade do texto é a criação do tipo penal qualificado de lesão corporal culposa para motorista alcoolizado ou drogado e se o acidente resultar em lesão corporal grave ou gravíssima. A pena é de reclusão de dois a quatro anos. Hoje o uso de álcool ou drogas qualifica apenas o tipo penal de homicídio culposo.

De autoria da deputada Keiko Ota (PSB-SP), o projeto deriva de iniciativa popular apresentada pelo Movimento Não Foi Acidente em 2011.

O relator da matéria, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ressaltou a importância de agravar as penas e sua aplicação em caso de consumo de álcool ou drogas.

— São crimes culposos.



Acidente na BR-020, no DF: trânsito mata 40 mil pessoas por ano, o que torna Brasil 1º do mundo nesse tipo de morte

Não há intenção de matar ou de provocar lesão corporal. Acontece que, quando alguém ingere bebida alcoólica, ou consome alguma droga cujo princípio ativo provoque alteração da percepção, está automaticamente se colocando em condição de provocar um acidente grave. O simples fato de consumir já faz presumir a existência de culpa. Aliás, a principal causa de acidente com vítimas é a embriaguez.

## Emendas

Aloysio acolheu duas emendas de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que sugeriu

aumentar a pena mínima para cinco anos, uma vez que a previsão inicial, de quatro anos, poderia levar ao cumprimento de parte da pena em regime aberto.

A outra emenda proíbe qualquer quantidade de álcool no sangue do motorista. A lei atual permite até 6 decigramas de álcool por litro de sangue.

A proposta permite ao juiz fixar a pena para esses crimes de trânsito levando em conta a culpabilidade do agente e as circunstâncias e consequências do crime.

Também está prevista no texto a substituição da pena

privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos nos crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor e lesão corporal de natureza grave decorrente de participação em rachas. Essa mudança na pena só será possível, entre outras condições, quando a privação de liberdade aplicada pelo juiz for inferior a quatro anos.

Aloysio lembrou que, no Brasil, os acidentes de trânsito são a terceira causa de morte, atrás apenas das doenças do coração e do câncer. São 40 mil mortes no trânsito todos os anos.

## Vai a sanção projeto que facilita atuação de advogadas gestantes

Advogadas gestantes ou lactantes serão desobrigadas de passar por detectores de metal e aparelhos de raio X nas entradas dos tribunais. Além disso, terão vagas reservadas nas garagens dos fóruns dos tribunais, acesso a creches ou a local adequado para atendimento das necessidades dos bebês e prioridade na ordem das sustentações orais e audiências diárias. Os benefícios estão garantidos no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 62/2016, aprovado no Plenário do Senado ontem.

A matéria segue para sanção.

A proposta altera o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) e o Código de Processo Civil (CPC). No caso do CPC, o texto prevê a suspensão dos prazos processuais para as advogadas que derem à luz ou adotarem uma criança, desde que haja notificação por escrito ao cliente e elas sejam as únicas advogadas da causa. Os direitos previstos são garantidos durante todo o período de gestação e amamentação.

Simone Tebet (PMDB-MS),

que foi relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), defendeu que a proposta garante a “justiça real” no país. A senadora explicou que as mulheres representam 52% dos advogados do país, o que corresponde a cerca de 400 mil profissionais.

— Imagine um processo de 500 páginas, 1.000 páginas, no dia seguinte ao que a advogada deu à luz tem uma sustentação oral ou ela teria que fazer uma intervenção no processo. Estamos garantindo não o direito da mulher, mas o direito do

cliente a uma justiça real.

Regina Sousa (PT-PI) também defendeu a proposta, afirmando que essas garantias não deveriam sequer precisar estar previstas em lei. Reguffe (sem partido-DF) afirmou que as medidas deveriam ser tomadas não por uma questão de lei, mas de educação.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou que vai encaminhar os autógrafos com rapidez para a Presidência da República para que seja sancionada o mais rápido possível.

## Lei facilita mamografia em deficientes

Mulheres com deficiência terão o acesso assegurado à prevenção, diagnóstico e tratamento dos cânceres de mama e de colo de útero no SUS. É o que estabelece a Lei 13.362/2016, sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* ontem.

O texto esclarece direitos já previstos na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) e na Lei 11.664/2008, que disciplina a prevenção e o tratamento dos cânceres de mama e de colo de útero no SUS.

A preocupação é com a falta de capacitação de profissionais e de adaptação de equipamentos para mulheres com deficiência.

Na justificativa, a autora, Ana Amélia (PP-RS), afirma que a maioria dos serviços de saúde não dispõe de estrutura física e equipamentos adequados para mulheres com deficiência e também não conta com profissionais capacitados. “É o caso, por exemplo, das mulheres paraplégicas, que enfrentam sérias dificuldades para realizar o exame mamográfico, e das tetraplégicas, que ficam praticamente impossibilitadas, uma vez que não existem mamógrafos adaptados para essa condição”, argumenta.

Relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ex-senador Paulo Davim acredita que o principal obstáculo é a realização da mamografia por mulheres vítimas de amputação, de doenças mentais ou neurológicas, que lhes retirem os movimentos dos membros inferiores. Isso ocorreria porque os equipamentos e o ambiente não estão adaptados à condição das pacientes e às cadeiras de rodas.

Na Comissão de Direitos Humanos, foi acrescentada uma emenda de redação, trocando o termo “mulheres portadoras de deficiência” por “mulheres com deficiência”. O relator na CDH, Paulo Paim (PT-RS), explicou que a expressão é “mais precisa e correta”.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Debate denuncia avanço de agrotóxicos ilegais

Uso de defensivos contrabandeados põe em risco a credibilidade do setor agrícola e compromete a indústria de alimentos e a saúde da população, alertaram especialistas

OS AGROTÓXICOS CONTRABANDADOS, que em 2005 representavam 7% do total comercializado no país, hoje superam 20% do mercado. O baixo risco e o alto lucro da atividade explicam esse crescimento, disseram especialistas que participaram ontem de debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Estima-se que o comércio ilegal resulte em perda de arrecadação de US\$ 1 bilhão por ano. Os prejuízos não são apenas econômicos, mas também ambientais e para a saúde da população, que consome alimentos produzidos com insumos sem controle sanitário.

O contrabando de agrotóxicos e a falsificação de produtos atinge ainda a credibilidade da produção agropecuária brasileira no mercado mundial, explicou a senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA e proponente da audiência:

— Quando um produto de origem agropecuária tem contaminação de um defensivo ilegal, o país corre o risco de perda de credibilidade.



A senadora Ana Amélia (C) coordena audiência com Sílvia Fagnani, Franco Perazzoni, Bruno de Carvalho Duarte, Fernando Figueiredo e Mário Von Zuben

O insumo ilegal compromete a matéria-prima da indústria de alimentos, colocando em risco as exportações, disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria Química, Fernando Figueiredo.

Conforme a diretora-executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), Sílvia Fagnani, os agrotóxicos ilegais são contrabandeados da China e da Índia, entrando no Brasil pelo Paraguai e pelo Uruguai. São produtos de fácil comercialização por serem mais baratos que os agrotóxicos

registrados, que resultam de pesquisas para reduzir danos à saúde dos consumidores e ao ambiente, o que eleva o custo.

O diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Mário Von Zuben, explicou que o que aumenta o custo de produção é o controle de qualidade exigido para o registro do agrotóxico.

O produto ilegal não tem esse controle, o que impõe uma concorrência injusta à indústria de agroquímicos, ressaltou Waldemir Moka (PMDB-MS):

— A indústria não consegue competir. O agricultor acha que é a mesma coisa, não sabe que

o produto [ilegal] pode causar prejuízos e acaba levando o crime organizado para dentro da propriedade rural.

## Aumento da pena

No debate, foi discutida proposta de aumento de pena para crime de contrabando como uma das medidas para coibir o uso de agrotóxicos ilegais. Esse é o objetivo do PLS 85/2016, apresentado por Ana Amélia e Raimundo Lira (PMDB-PB).

— O projeto equipara a pena para crime de contrabando à prevista para tráfico de drogas. Contrabando hoje é conside-

rado um crime mais leve, mas vimos aqui que é também um crime com grande impacto — observou a senadora.

O chefe da Divisão de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal, Franco Perazzoni, concordou com a proposta de tornar mais severa a pena, mas sugeriu outras medidas, como o confisco de bens, já imposto o traficantes.

Ana Amélia concordou: — Pode ser mais eficaz e mais fácil a execução penal, pois hoje uma condenação criminal demora. Vamos trabalhar nas duas frentes — disse.

## Setor de energia solar pede incentivos para crescer

A diminuição da carga tributária do setor de energia solar foi uma das reivindicações apresentadas por participantes da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI).

Hélio José (PMDB-DF), que comandou o debate, disse que o Brasil ainda precisa avançar muito nessa área. Para o senador, é necessário o fortalecimento da indústria de equipamentos e peças do setor.

O representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Roberto Barbieri, explicou que os chamados leilões de reserva são promovidos pelo governo para aumentar a segurança no fornecimento de eletricidade ao Sistema Integrado Nacional (SIN), por meio do qual se interligam geradoras e distribuidoras. O SIN é predominantemente hidrelétrico e hidrotérmico, mas recebe contribuição crescente de energias mais limpas.

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Rodrigo Lopes Sauaia, informou que o mercado de tecnologia de baixo impacto ambiental, renovável e sustentável, está em franco crescimento no mundo, tendo como líderes China, Japão, Estados Unidos, Índia, Austrália, Canadá, França e Coreia do Sul. Para ele, o Brasil tem condições de figurar entre as dez potências mundiais da

energia solar nos próximos anos. A irradiação no território brasileiro é em média o dobro da disponibilidade da Europa ou do Japão, por exemplo.

De acordo com Sauaia, estão previstos investimentos de R\$ 125 bilhões no setor até 2030. O objetivo é aumentar a parcela da energia solar na matriz energética brasileira para 3%. Hoje ela não chega a 0,5%. Ele sugeriu que o governo faça pelo menos dois leilões por ano de energia de reserva específicos para a área fotovoltaica e que os contratos passem dos atuais 20 anos para 25 ou 30.

## Carga tributária

Sauaia também pediu diminuição da carga tributária do setor e comemorou o fato de a cadeia produtiva da geração solar estar começando a se consolidar no Brasil, com quase 30 empresas e indústrias produzindo equipamentos

fotovoltaicos no país.

O diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Amílcar Guerreiro, garantiu que o governo tem como diretriz aperfeiçoar o sistema de leilões de energia de reserva, para torná-los mais ágeis. Ele também falou sobre a finalidade da EPE de prestar serviços na área de estudos e pesquisas para subsidiar o planejamento do setor energético brasileiro, em todas as modalidades.

O secretário-adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Moacir Carlos Bertol, informou que a diversificação da matriz energética brasileira, com uso cada vez maior de energias renováveis, faz parte da política energética do governo. Hoje a energia solar representa apenas 1% de toda a energia gerada no mundo, disse.



Hélio José (C) preside debate com Sauaia (E), Bertol, Guerreiro e Barbieri

## Aprovado relatório ao Orçamento de 2017 com mais R\$ 9,7 bi para saúde

O relatório preliminar sobre a proposta orçamentária para 2017 foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), confirmou o reforço de R\$ 9,7 bilhões para ações e serviços da saúde.

Desse total, R\$ 6,2 bilhões virão por meio de emendas parlamentares, individuais e coletivas, de execução obrigatória (impositivas). O restante será obtido de readequação de recursos para atender a PEC do Teto de Gastos, que determina 15% da receita corrente líquida (RCL) como piso para a saúde, ou o equivalente a R\$ 115,3 bilhões em 2017. O projeto encaminhado pelo Executivo só orçou R\$ 105,5 bilhões para o piso, o que corresponde a 13,7% da RCL, seguindo o que prevê a Emenda Constitucional 86, que é revogada pela PEC 55. Neste ano, a saúde conta com piso de R\$ 106,9 bilhões que, segundo o governo, se aproxima dos 15% da RCL.

Os deputados Assis Carvalho (PT-PI) e Hiran Gonçalves (PP-RR) propuseram emendas para elevar ainda mais os recursos para a saúde. O relator-geral, entretanto, rejeitou as sugestões com o argumento de que seria obrigado a promover novos cortes, além dos R\$ 6 bilhões subtraídos dos recursos para

subvenção econômica.

— Estamos diante de uma limitação real. Creio ser prudente estabelecermos os 15%, um avanço significativo para a saúde — disse o senador.

Nessa etapa da tramitação do projeto do Orçamento (PLN 18/2016), o relator-geral define as regras para os 16 relatores setoriais, que o auxiliam nas prioridades de cada área, no remanejamento de recursos e na análise das emendas. Essa é a fase em que o Congresso começa a participar efetivamente da elaboração do Orçamento.

O relatório preliminar listou prioridades, como transferência aos estados para fomento às exportações (R\$ 1,95 bilhão), realização do Censo Agropecuário (entre R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões), melhoria dos aeroportos regionais, ampliação do sistema prisional e proteção de povos indígenas.

Braga também vai priorizar o aumento do Fundo Partidário, contemplado com R\$ 309,2 milhões em 2017, valor inferior ao autorizado para este ano (R\$ 819,1 milhões). Os partidos enviaram ofício solicitando esse reforço.

O presidente da CMO, deputado Arthur Lira (PP-AL), informou que os 16 relatórios serão votados nos dias 6 e 7 de dezembro. (Com informações da Agência Câmara)

# Senadores criticam projeto da repatriação

Proposta aprovada na quarta-feira não proíbe que parentes de políticos repatriem recursos. Isso viola acordo firmado entre os líderes, alegam os críticos do texto

OS SENADORES MAGNO Malta (PR-ES), José Pimentel (PT-CE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Paulo Rocha (PT-PA) criticaram ontem, em Plenário, o texto que abre novo prazo para repatriação de recursos no exterior, aprovado pelo Senado na quarta-feira.

Segundo eles, o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), não teria cumprido o acordo firmado entre os líderes, que retirava emenda ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 405/2016, segundo a qual parentes de políticos teriam autorização para repatriar dinheiro não declarado à Receita Federal. Pelo acordo entre os líderes, seria votado um destaque do PT para modificar a emenda. Líder do governo, Jucá afirmou que, como suprimiu do texto a permissão para os parentes de políticos, a votação do destaque não seria necessária.

Mas, como não foi incluído no projeto artigo que proíbe expressamente isso, existe a interpretação de que os parentes de políticos poderão se beneficiar da lei e repatriar recursos não declarados.

Em substitutivo ao texto da Comissão Diretora, Jucá



Magno Malta, José Pimentel, Vanessa Grazziotin e Paulo Rocha: senadores se sentiram enganados por estratégia adotada pelo líder do governo para aprovar o texto

modificou o caput do artigo 11 e acrescentou dois parágrafos que davam a permissão expressa para cônjuges e parentes de políticos aderirem ao programa.

Depois de acordo com a oposição, que destacou o trecho para votação separada, o líder do governo acabou retirando os parágrafos, e o caput do artigo passou a dizer apenas que “a lei não se aplica a presidente e vice-presidente da República, senadores, deputados federais, estaduais e distritais, governadores e ex-governadores, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, assim como agentes públicos no exercício de seus mandatos em 14 de janeiro de 2016”.

De acordo com Jucá, não houve descumprimento do

acordo, já que sua emenda foi retirada.

## 1 x 0

Magno Malta criticou a atuação de Jucá e a possibilidade de a repatriação ser feita por parentes de políticos.

— Tomamos um a zero do senador Romero Jucá ontem, que fez um acordo que retiraria do texto o trecho que permitia a repatriação de parentes — protestou.

José Pimentel informou que a oposição tentará modificar o substitutivo na Câmara.

— Vamos fazer esse debate lá e, fatalmente, voltará para o Senado caso a Câmara faça alguma modificação — disse.

Vanessa Grazziotin reclamou que, ao responder a questão de ordem em Plená-

rio, Jucá garantiu que o texto não permitia repatriação aos parentes de políticos.

— Enganada não fui eu, enganada foi a maioria do Senado, que saiu daqui com a compreensão de que estava proibida a possibilidade de repatriação por parentes.

Já para Lindbergh Farias (PT-RJ), a supressão dos parágrafos deixou claro que o Senado retirou a possibilidade de familiares repatriarem recursos.

Lindbergh afirmou ainda que entrará em contato com o líder do PT na Câmara para que o texto do artigo 11 volte a sua forma original: com a proibição expressa de repatriação por parentes de políticos.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o destaque do PT à proposta que reabre

o prazo para repatriação de recursos no exterior foi apresentado “de maneira equivocada” e, por isso, não teve efeito. Ele disse que a sessão de quarta-feira, na qual ocorreu a votação do substitutivo ao PLS 405/2016, foi longa e atípica. Para Renan, o importante agora é “olhar adiante” e avançar em pauta de interesse do Brasil focada no crescimento da economia.

— Isso ficou na sessão de ontem. Nós temos uma agenda enorme a cumprir até o dia 15 de dezembro e é muito importante que o Senado delibere — disse.

Renan explicou ainda que o texto já foi remetido para Câmara e o Senado não pode mais realizar nenhuma mudança na redação.

## Foro privilegiado é “farra de impunidade”, diz Ferraço

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defendeu ontem o fim do foro privilegiado, proposto na PEC 10/2013. O texto será votado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Hoje, disse, 22 mil pessoas têm foro privilegiado. Para ele, o instrumento é usado para retardar ou anular punições, como os 84 processos contra 53 deputados e senadores que estão no STF.

— O foro privilegiado se transformou numa farra. E essa farra tem potencializado a impunidade.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Reguffe defende fim de julgamento especial

Ao aprovar a proposta de emenda constitucional que acaba com o foro privilegiado para agentes públicos (PEC 10/2013), o Senado respeitará o desejo da população, que acredita que todos devem ser iguais e receber o mesmo tratamento da lei. A defesa foi feita pelo senador Reguffe (sem partido-DF).

— O foro privilegiado não passa de instrumento da impunidade. Ele lota de processos o STF e aí os processos não são votados. Isso gera a impunidade que nós temos hoje neste país.



Roque de Sá/Agência Senado

## Alvaro condena “anistia” para caixa dois eleitoral

Alvaro Dias (PV-PR) lamentou as articulações políticas para anistiar quem se beneficiou de caixa dois eleitoral, especialmente agora, na iminência de homologação da delação premiada de diretores da Odebrecht. A manobra, disse, vem ocorrendo durante análise do pacote anticorrupção, proposto pelo Ministério Público, que se encontra em discussão na Câmara.

O senador também criticou a pressa com que se quer votar no Senado a proposta que atualiza a Lei de Abuso de Autoridade.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Reforma do ensino médio vai beneficiar pobres, garante MEC

A secretária-executiva do Ministério da Educação, Maria Helena de Castro, afirmou ontem que a reforma do ensino médio (MP 746/2016) é fundamental para ampliar a educação de jovens de baixa renda e para facilitar o ingresso desse aluno no mercado de trabalho. A secretária participou de audiência da comissão mista que analisa o tema.

— São jovens desesperados porque a taxa de desemprego da população entre 16 a 29 anos está em 35%.

Segundo ela, dos 7 milhões de alunos do ensino médio da rede pública, 90% pertencem à classe C e vivem nas periferias dos centros urbanos.

— Quando obrigamos esse aluno a entrar no ensino médio,



Maria Helena Chagas fala na audiência pública ao lado do deputado Izalci Lucas (C) e do senador Pedro Chaves (2º à dir)

que é igual para todos, ele não se prepara nem para o ensino superior nem para a vida.

Sobre a educação profissionalizante, Maria Helena disse que 90% dos alunos que concluem o ensino técnico conseguem vaga no mercado de trabalho. No entanto, ela ressaltou que os cursos técni-

cos têm baixo alcance: dos 8 milhões de alunos do ensino médio (privado e público), apenas 650 mil cursam o técnico.

A secretária afirmou que a proposta de flexibilizar currículos não é nova, mas sofre com a resistência a mudanças por parte das escolas. Ela classificou o currículo atual como

“enciclopédico”.

O representante do Sindicato de Professores de Instituições Federais de Ensino, Eduardo Rolim de Oliveira, discordou e sugeriu que assunto seja discutido com estudantes e professores em fóruns específicos, como a Conferência Nacional de Educação (Co-

nae), que ocorrerá em 2018.

O deputado Wilson Filho (PTB-PB), relator-revisor da MP, rebateu as críticas de que o debate acerca da MP estaria sendo feito de forma superficial, sem envolver a sociedade. Ele disse que a Câmara já vem discutindo o tema por meio do projeto de reforma do ensino médio (PL 6840/2013).

O relator, senador Pedro Chaves (PSC-MS), disse que o debate sobre a reforma recebeu a contribuição de autoridades, alunos, sindicalistas e reitores e, portanto, obteve a atenção exigida pelo tema.

— Essa discussão tem mais de dez anos e estava totalmente adormecida — disse.

(Com informações da Agência Câmara)